

MEMÓRIA ENCENADA, CIDADE ESQUECIDA:

o Beco da Pororoca no Maior São João do Mundo, Campina Grande (PB)

Charles Andrade Pereira

Mestrando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | charlesandrade@usp.br

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Professora Associada no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) |

liviaibmiranda@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: (3) História, Memória e Patrimônio

Resumo: O Maior São João do Mundo é uma festa tradicional realizada anualmente em Campina Grande (PB), durante todo o mês de junho. Sua primeira edição ocorreu em 1983, e a partir de 1986, o evento se consolidou com a construção do Parque do Povo, principal espaço de eventos e apresentações. Atualmente, a festa extrapola esse espaço e se expande para outros locais, com acesso permitido mediante a compra de ingressos. Um exemplo é o Sítio São João que recria a cenografia de uma típica cidade do interior nordestino e promove shows com artistas locais e nacionais. As cidades cenográficas apropriam-se da arquitetura popular como estratégia de divulgação turística e cultural, por meio de representações em escala real de ruas como a Vila Nova da Rainha, Quebra Quilos e a Tv. Almirante Alexandrino, conhecida popularmente como Beco da Pororoca, objeto central deste artigo. A cenografia resgata a historicidade desses lugares, invocando identidades e memórias da cultura popular. O objetivo do artigo é investigar as contradições presentes nessa apropriação: enquanto o patrimônio vernáculo é evocado e valorizado na festa, sua preservação, tanto material quanto social, permanece negligenciada. O beco da Pororoca, marcado por edificações coloniais populares que ocupam lotes estreitos e sem recuos, foi habitado até a década de 1930 por população de baixa renda e prostitutas, condição que contribuiu para seu posterior apagamento. Localizado no centro da cidade, encontra-se dentro da poligonal de preservação patrimonial, Decreto nº 25.139/2004, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Pretende-se evidenciar como as práticas seletivas do Estado negligenciaram os valores atribuídos por grupos sociais populares, priorizando a arquitetura “erudita” em detrimento da arquitetura “popular”. A análise se apoia em pesquisa historiográfica, documental e observações urbanísticas, buscando revelar as contradições entre a cenografia festiva e a realidade material do beco, marcada pelo esquecimento, pela deterioração e pela ausência de políticas efetivas de valorização.

Palavras-chave: O maior São João do Mundo; Beco da Pororoca; Arquitetura Popular; Cenografia; Memória.

STAGED MEMORY, FORGOTTEN CITY: BECO DA POROROCA AT O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, CAMPINA GRANDE (PB)

Abstract: The Largest São João Festival in the World is a traditional celebration held annually in Campina Grande (PB), throughout the entire month of June. Its first edition took place in 1983, and from 1986 onward, the event became consolidated with the construction of Parque do Povo, the main venue for events and performances. Currently, the festival extends beyond this space and expands to other locations, with access granted through ticket purchase. One example is Sítio São João, which recreates the scenography of a typical Northeastern countryside town and hosts performances by local and national artists. These scenographic towns appropriate popular architecture as a strategy for tourism and cultural promotion, through full-scale representations of streets such as Vila Nova da Rainha, Quebra Quilos, and Tv. Almirante Alexandrino, popularly known as Beco da Pororoca, the central subject of this article. The scenography revives the historicity of these places, invoking identities and memories of popular culture. The aim of this article is to investigate the contradictions present in this appropriation: while vernacular heritage is evoked and valued during the festival, its preservation, both material and social, remains neglected. Beco da Pororoca, marked by popular colonial buildings occupying narrow plots without setbacks, was inhabited until the 1930s by a low-income population and prostitutes, a condition that contributed to its later erasure. Located in the city center, it lies within the heritage preservation perimeter established by Decree No. 25,139/2004 of the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba (IPHAEP). The article seeks to highlight how selective state practices have neglected the values attributed by popular social groups, prioritizing “erudite” architecture over “popular” architecture. The analysis is based on historiographical and documentary research, as well as urban observations, aiming to reveal the contradictions between festive scenography and the material reality of the alley, marked by neglect, deterioration, and the absence of effective policies for its appreciation.

Keywords: O Maior São João do Mundo; Beco da Pororoca; Popular Architecture; Scenography; Memory.

MEMORIA ESCENIFICADA, CIUDAD OLVIDADA: EL BECO DA POROROCA EN O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, CAMPINA GRANDE (PB)

2

Resumen: El Mayor São João del Mundo es una fiesta tradicional que se celebra anualmente en Campina Grande (PB), durante todo el mes de junio. Su primera edición tuvo lugar en 1983, y a partir de 1986, el evento se consolidó con la construcción del Parque do Povo, principal espacio para eventos y presentaciones. Actualmente, la fiesta va más allá de este espacio y se expande a otros lugares, con acceso permitido mediante la compra de entradas. Un ejemplo es el Sítio São João, que recrea la escenografía de una típica ciudad del interior nordestino y promueve espectáculos con artistas locales y nacionales. Las ciudades escenográficas se apropian de la arquitectura popular como estrategia de promoción turística y cultural, mediante representaciones a escala real de calles como Vila Nova da Rainha, Quebra Quilos y la Tv. Almirante Alexandrino, conocida popularmente como Beco da Pororoca, objeto central de este artículo. La escenografía rescata la historicidad de estos lugares, evocando identidades y memorias de la cultura popular. El objetivo del artículo es investigar las contradicciones presentes en esta apropiación: mientras el patrimonio vernáculo es evocado y valorado en la fiesta, su preservación, tanto material como social, sigue siendo descuidada. El Beco da Pororoca, caracterizado por edificaciones coloniales populares que ocupan lotes estrechos y sin retiros, fue habitado hasta la década de 1930 por población de bajos ingresos y prostitutas, condición que contribuyó a su posterior invisibilización. Ubicado en el centro de la ciudad, se encuentra dentro del perímetro de preservación patrimonial establecido por el Decreto n.º 25.139/2004 del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico del Estado de Paraíba (IPHAEP). Se pretende evidenciar cómo las prácticas selectivas del Estado han descuidado los valores atribuidos por los grupos sociales populares, priorizando la arquitectura “erudita” en detrimento de la arquitectura “popular”. El análisis se apoya en investigación historiográfica, documental y observaciones urbanísticas, buscando revelar las contradicciones entre la escenografía festiva y la realidad material del callejón, marcada por el olvido, el deterioro y la ausencia de políticas efectivas de valorización.

Palabras clave: O Maior São João do Mundo; Beco da Pororoca; Arquitectura Popular; Escenografía; Memória.

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETURA POPULAR

A valorização da cultura popular e do patrimônio cultural na divulgação do Maior São João do Mundo constitui um dos principais eixos da promoção turística de Campina Grande (PB). Ao mesmo tempo em que a festividade evidencia processos de apropriação mercadológica dos bens simbólicos, também mobiliza referências da tradição nordestina como estratégia de atração turística, articulando as práticas culturais às expectativas dos visitantes por meio da criação de cidades cenográficas. Esta reprodução se materializa, tanto na área principal do evento, o Parque do Povo (espaço público), quanto no Sítio São João (espaço privado), considerados os dois principais polos atrativos da celebração, que reconfiguram a cidade, durante o período da festa, como um lugar turístico¹.

Com a apropriação mercadológica a festa apresenta-se como um fenômeno de significativa relevância cultural, social e econômica em âmbito nacional, ao articular a tradição popular nordestina com estratégias de promoção e divulgação turística, projetando o município como um dos principais pólos dos festejos juninos no país. No entanto, esse processo de transformação e valorização do evento demanda acompanhamento contínuo no que se refere à preservação de suas referências culturais regionais, uma vez que o equilíbrio entre tradição e espetáculo se apresenta como um dos principais desafios para a manutenção de sua identidade cultural (Leite; Filho, 2025), buscando impedir que a cultura e a arte popular² sejam esvaziadas de seus significados sociais e convertidas em mera cenografia destinada ao olhar do turista.

A cenografia materializa-se na representação em escala real de edificações emblemáticas, como o Cassino Eldorado, o Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, a Catedral Diocesana de Nossa Senhora da Conceição, a Rua Vila Nova da Rainha e a Travessa Almirante Alexandrino, conhecida como Beco da Pororoca. Em contrapartida, o próprio Beco da Pororoca, historicamente associado a práticas culturais populares e a territórios estigmatizados, permanece esquecido e abandonado. Tais elementos são centrais para a compreensão da chamada “modernização” da festa,

¹ A expressão “lugar turístico” refere-se tanto a espaços que já foram apropriados pela prática social do turismo quanto àqueles considerados potencialmente turísticos. Conforme a autora, nenhum lugar turístico possui sentido por si mesmo, ou seja, fora do contexto cultural que promove sua valorização em determinado momento histórico (Cruz, 2003).

² As festas juninas e as quadrilhas juninas foram oficialmente reconhecidas como manifestação da cultura nacional por meio de alteração na Lei nº 14.555, de 25 de abril de 2023, conforme redação dada pela lei sancionada em 21 de junho de 2024, reforçando seu valor simbólico, histórico e cultural no contexto da identidade brasileira.

marcada pela conversão da cultura popular em mercadoria, intensificando o chamado turismo cultural³.

Segundo Weimer (2005), a arquitetura popular caracteriza-se pela simplicidade dos materiais e pela adaptabilidade, resultando diretamente das técnicas construtivas e dos recursos disponíveis; contudo, seu desprestígio relaciona-se ao poder das classes dominantes e à desvalorização histórica das manifestações da arte popular. A valorização de determinados tipos arquitetônicos em detrimento de outros, sobretudo pela centralidade atribuída à monumentalidade como critério de valor histórico, contribuiu para marginalizar a arquitetura popular no campo acadêmico e patrimonial, ainda raramente reconhecida como objeto legítimo de estudo e preservação. Nesse contexto, o autor destaca que a casa de porta e janela⁴ constituiu a forma de habitação mais significativa no Brasil até o fim do Império, podendo ser térrea ou sobrado, conforme a condição econômica do proprietário.

No que se refere à trajetória histórica do reconhecimento do patrimônio cultural, Abreu (2015) identifica três momentos na trajetória da patrimonialização: primeiro, entre o século XIX e meados do XX, com foco na reconstrução histórica e valorização da arte nacional; segundo, a partir da criação da UNESCO nos anos 1940, incorporando o conceito antropológico de cultura e promovendo intercâmbio cultural; e terceiro, desde o final dos anos 1980, com a Recomendação de 1989 sobre Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares, que normatiza políticas internacionais e consolida a “patrimonialização das diferenças”, valorizando a singularidade cultural frente à homogeneização global.

Diante da problemática apresentada, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre as contradições inerentes à apropriação mercadológica da cultura popular nordestina na divulgação turística do Maior São João do Mundo. Para tanto, adotam-se como procedimentos metodológicos em pesquisa historiográfica, teórico-metodológica e documental e na análise discursiva de fontes teóricas relacionadas à festa e ao espaço urbano de Campina Grande. Tal abordagem permite identificar as contradições entre a

³ O turismo cultural pode ser compreendido como um tipo de deslocamento motivado fundamentalmente por interesses culturais e educativos, no qual a experiência turística envolve dimensões sensoriais (sons, odores, cores e ambiente), sociais (relações interpessoais, hospitalidade, bem-estar, segurança e lazer), culturais (eventos, festivais, atividades, alojamento, restauração e processos de enriquecimento simbólico) e econômicas (relação entre qualidade do serviço e preço, custo-benefício da vivência, acessibilidade e transportes). Nesse sentido, o turismo cultural configura-se como a oferta de um produto constituído por sensações e experiências de caráter emocional (Pereiro, 2009).

⁴ “Seja por influência do islamismo, seja, mais provavelmente pela adaptação ecológica, essas casas se caracterizam pela economia de aberturas. Em regra, a única abertura para a rua é a porta de entrada; para os fundos, além de uma porta pode ser encontrada uma ou mais janelas de pequenas dimensões [...] Tipo de casa adaptado em Portugal, onde recebe o nome de “casa de pescadores”, e no Brasil, de “casa de porta e janela” (Weimer, 2005, p.97-98).

cenografia festiva e a realidade material do beco, marcada pelo esquecimento, pela deterioração e pela ausência de políticas efetivas de valorização.

A revisão bibliográfica fundamenta-se em estudos que possibilitam refletir sobre a atividade turística em Campina Grande, compreender a arquitetura do Beco da Pororoca e suas transformações ao longo do tempo, bem como discutir a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural. O trabalho também dialoga com pesquisas sobre a história urbana do município e com análises acerca da (trans)formação da festa junina, sendo complementado por visitas de campo realizadas no Beco da Pororoca e por pesquisa documental junto ao Arquivo Público Municipal de Campina Grande (APMCG).

O trabalho pôde evidenciar que a aproximação entre patrimônio cultural, arquitetura popular e turismo, no contexto do Maior São João do Mundo, revela tensões que ultrapassam a dimensão festiva e alcançam o próprio modo como a cidade é produzida, representada e consumida. A cenografia que exalta referências arquitetônicas e culturais, ao mesmo tempo em que projeta Campina Grande no cenário nacional, explicita seletividades e silenciamentos, sobretudo quando o patrimônio popular existente permanece à margem das políticas de preservação e valorização. Assim, refletir sobre o Beco da Pororoca e sobre a arquitetura popular implica problematizar os critérios que orientam o reconhecimento patrimonial e questionar até que ponto a mercantilização da cultura contribui para sua salvaguarda ou para seu esvaziamento simbólico. Nesse sentido, a análise proposta busca não apenas compreender as contradições entre espetáculo e realidade urbana, mas também reafirmar a necessidade de políticas que articulem turismo, memória e preservação de forma crítica e socialmente comprometida.

5

O BECO DA POROROCA EM (TRANS)FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA

Campina Grande está localizada no Planalto da Borborema, a cerca de 120 quilômetros da capital paraibana, João Pessoa, na região do Agreste, com população estimada de 419.379 mil habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Seu processo de povoamento teve início no final do século XVII, com a consolidação do aldeamento dos povos indígenas Ariús (1697), sendo elevada à categoria de vila em 1790, “Vila Nova da Rainha”. Segundo Queiroz (2008) a instalação, na segunda metade do século XVIII, da atual Catedral de Nossa Senhora da Conceição contribuiu para a concentração de atividades comerciais nessa área. A elevação à categoria de cidade, em 1864, marcou a ampliação de sua estrutura urbana, então composta por três largos, quatro ruas e cerca de trezentas casas, destacando-se na paisagem a Igreja Matriz, a Igreja do Rosário, a Cadeia e as duas casas de mercado. O autor destaca ainda que esse primeiro processo de povoamento se consolidou a partir da adaptação do traçado urbano à topografia e aos pontos de fluxo, com baixa probabilidade de planejamento prévio.

Já no início do século XX, especialmente a partir da instalação da linha férrea em 1907, sob a gestão do prefeito Cristiano Lauritzen e com a operação da *Great Western Brazil Railway*, a cidade passou por transformações significativas em seu processo de desenvolvimento urbano. O fortalecimento da economia do algodão e a articulação entre o escoamento da produção, localizado nas proximidades das margens do Açude Velho, e a porção central da cidade, se constitui o Beco da Pororoca (Queiroz, 2008). Conforme descrito por Epaminondas Câmara em *Datas Campinenses* (1988), esse logradouro corresponde atualmente à Travessa Almirante Alexandrino, foi anteriormente denominado Rua Jatobá e popularmente conhecido como Beco da Pororoca. Predominantemente, reproduzia os modelos coloniais de parcelamento e ocupação do solo, ocupação com construções simples, implantadas em lotes estreitos e alongados, geralmente sem recuos laterais ou frontais (Queiroz, 2021).

O traçado inicia-se na Rua Vidal de Negreiros e se estende até a Rua João Tavares (Câmara, 1988). Segundo o historiador Thomas Bruno, em “Crônica em destaque: o Beco da Pororoca”, publicada em 5 de outubro de 2019 no jornal *A União*, as casas que compõem o beco foram construídas por João Rique Ferreira, então presidente da Associação Comercial de Campina Grande, comerciante e exportador de algodão. As edificações, implantadas nos fundos de seu quintal voltado para a Rua Vidal de Negreiros, configuraram uma vila operária destinada aos trabalhadores vinculados à exportação do algodão, favorecida pela proximidade tanto da estação ferroviária da *Great Western* quanto do Açude Velho.

6

Observa-se pouca variação na altura das construções, nos ritmos de abertura das fachadas e nos revestimentos, de modo que o conjunto preserva as características dos modelos coloniais de parcelamento e ocupação do solo, contabilizando 19 exemplares: 13 térreos, 4 com térreo e um pavimento, 1 com três pavimentos e 1 com quatro pavimentos (Queiroz, 2021, Ficha HAAL001). Em geral, as edificações térreas ocupam os limites laterais dos lotes, em alvenaria estrutural de tijolos, com cobertura em duas águas sobre estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo canal, seguindo o estilo popular de porta e janela. As construções com mais de um pavimento combinam concreto armado e alvenaria estrutural de tijolos furados, mantendo cobertura em duas águas com estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo canal.

Segundo Pereira (2023), os exemplares edificados da rua organizam-se em cinco conjuntos: oito casas de arquitetura popular (nº 137, 131, 127, 123, 119, 115, 111 e 107), que preservam a ambiência original e se situam na Área de Proteção Rigorosa (APR), com usos residenciais, comerciais e casos de abandono, sendo as comerciais mais descaracterizadas; três edifícios residenciais de dois ou três pavimentos (nº 63, 75 e 83), que rompem a horizontalidade da via, também na APR; três casas populares (nº 89, 94 e 95) com fachadas remodeladas, igualmente na APR; quatro edificações contemporâneas (nº 78, 74, 70 e 62), com elevado grau de descaracterização e localizadas na Área de Proteção de Entorno (APE); e um edifício multifamiliar de quatro

pavimentos (nº 100), de linguagem contemporânea, que altera a ambiência horizontal do antigo Beco da Boa Boca, também na APE.

Ainda segundo o autor, a rua apresenta calçadas largas em frente ao conjunto das oito casas, que na década de 1990 funcionavam como extensão dos bares, formando um trecho homogêneo que confere singularidade à Travessa Almirante Alexandrino por meio das fachadas e detalhes arquitetônicos. No antigo beco da “Boa Boca”, o espaço destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, reforçando seu caráter coletivo. A topografia acentuada da travessa, em contraste com a Rua Dr. João Tavares, contribui para sua segregação espacial, embora esteja inserida em área central dotada de infraestrutura urbana consolidada, como rede elétrica, pavimentação em paralelepípedos e transporte coletivo no entorno imediato.

No interior do Beco da Pororoca existia um trecho conhecido popularmente como “Boa Boca”, construído na década de 1920, onde se concentravam casas destinadas a encontros amorosos, espaços de entradas e saídas rápidas, semelhantes a pequenos motéis. Nesse contexto, Maria do Carmo Barbosa, conhecida como “Maria Pororoca”, tornou-se uma das principais personagens do imaginário popular (Jornal a União, 2019). Maria, cuja trajetória se entrelaça à história do Beco da Pororoca, foi imortalizada na memória cultural por artistas de destaque, como o cordelista Manoel Monteiro, autor do cordel “Maria Garrafada, Mestra do Amor, Pecadora e Santa” (2005), e pelo músico Jackson do Pandeiro, na canção Forró de Campina.

7

O beco passou a ser associado, pela elite campinense, a práticas de promiscuidade e depravação. Assim, sob o discurso do “progresso” da cidade, o então prefeito Vergniaud Wanderley (1935-1938) iniciou um processo de remodelação urbana, caracterizado por ações de enquadramento baseadas em ideais progressistas, com o objetivo de construir uma cidade moderna e civilizada. Esse processo implicou a desapropriação de áreas consideradas insalubres e a destruição de becos e aglomerados populares que estariam contra os discursos moralistas da época (Veras, 1988).

Segundo Souza (2002), a zona de meretrício em Campina Grande distribuía-se pelas ruas Rói Couro (atual Rua Jovino do Ó), Travessa Almirante Alexandrino (Beco da Pororoca) e pelo trecho compreendido entre as ruas Afonso Campos, Vidal de Negreiros e a Praça da Luz. Essas áreas eram ocupadas por edificações simples, conhecidas como “casas de fósforo”, que, de acordo com Sousa (2001), consistiam em mocambos de taipa e telha. As prostitutas que residiam nesses locais foram expulsas em nome do “senso estético” e do “embelezamento da urbe”, como parte do processo de higienização e reformulação do espaço urbano.

Após o processo de expulsão das prostitutas das áreas centrais, essas mulheres foram deslocadas para regiões mais afastadas do olhar das elites, especialmente para o bairro dos Currais, também conhecido como Piabas. Segundo Câmara (1988), essa área estendia-se dos antigos currais da feira de gado até o riacho das Piabas, abrangendo

ruas como Marcílio Dias, 12 de Outubro (atual Carlos Agra), Quebra-Quilos e Manoel Pereira (antiga 5 de Agosto), região que concentrava os principais cabarés da cidade e ficou conhecida como “rua boa” (Nascimento, 2011).

Após as reformas de Vergniaud Wanderley na década de 1930 e às políticas de discriminação e higienização, o Beco da Pororoca ficou abandonado entre 1950 e 1990 (Pereira, 2023). Apenas em 1990, o prefeito Cássio Cunha Lima criou o Fórum Permanente Vergniaud Wanderley, vinculado à Secretaria de Planejamento, para revitalizar o patrimônio histórico da cidade. O fórum propunha a renovação do centro comercial valorizando espaços públicos, recuperando o patrimônio histórico e arquitetônico, criando áreas de lazer e promovendo a humanização urbana de forma participativa. No Beco da Pororoca, isso incluiria arborização da vila, construção de calçada compartilhado pelos bares, fechamento noturno para veículos e parceria com a associação de artistas plásticos para pintura das fachadas.

O conjunto de oito casas de arquitetura popular⁵, foi adaptado para abrigar bares e restaurantes, que passaram a oferecer apresentações musicais, teatrais e de dança, além de atividades ligadas à gastronomia, oficinas e exposições, utilizando a calçada como extensão dos estabelecimentos (Oliveira, 2021). As visitas in loco permitiram identificar que, para atender aos novos usos, as edificações sofreram modificações internas significativas, com a demolição de paredes para a criação de amplos salões, bem como a construção de banheiros na parte posterior das casas. Atualmente, o conjunto de oito casas, revitalizado na década de 1990, encontra-se em avançado estado de ruína e abandono, sem os devidos cuidados do poder público municipal.

No que se refere à arquitetura, segundo Pereira (2023), destaca-se a tipologia arquitetônica conhecida como “porta e janela”, que, segundo Dantas (2020), constitui uma das formas mais representativas da moradia popular no Nordeste brasileiro entre os séculos XIX e início do XX. De acordo com Mariani (1987), as fachadas com platibandas, tradicionalmente pintadas a cal, são características recorrentes das casas populares nordestinas, tanto no litoral quanto no sertão, formando, muitas vezes, faixas multicoloridas, como se observa no Beco da Pororoca.

No que se refere aos processos de apagamento, transformação e remodelação do Beco da Pororoca, destaca-se o projeto iniciado em 2016⁶, sob responsabilidade da Torre Fortes Construção, implantado em área de proteção rigorosa (APR). O empreendimento

⁵ Produzida pelo povo e para o povo. Segundo Weimer (2005), embora essa arquitetura reflita os modos de vida, as formas de construir e os hábitos específicos de cada população em seu tempo, sua associação às camadas socialmente mais pobres reforça uma hierarquização de poderes baseada na lógica entre dominadores e dominados.

⁶ “O edifício residencial Roca Home e Business, localizado na Rua Vidal de Negreiros, nº 231, possui fundos voltados para o conjunto de edificações históricas do Beco da Pororoca, correspondente aos imóveis de nº 137, 131, 127, 123, 119, 115, 111 e 107” (Pereira, 2023, p. 127).

foi responsável por reestruturar a área e alterar significativamente o entorno imediato do beco. Segundo Pereira (2023), o projeto original previa 186 unidades habitacionais, 13 lojas e 40 salas em 44 pavimentos, excedendo o limite legal de 8 a 9 pavimentos. Revisado em 2018 para 31 pavimentos, manteve 121 unidades, 13 lojas e 54 salas, permanecendo fora das normas urbanísticas e da escala do entorno⁷.

Apesar da atualização do projeto e da redução de 13 pavimentos, o contraste e o impacto na paisagem urbana do entorno não foram minimizados. Ao contrário, a intervenção evidencia e amplia uma problemática recorrente no centro histórico: as novas formas de ocupação do solo que comprometem a preservação das historicidades e das paisagens históricas da cidade a partir da valorização da arquitetura erudita em detrimento da tida como “popular” (Weimer, 2005). Nesse sentido, Giovannoni (2013) enfatiza que as sucessivas remodelações da paisagem urbana exercem impactos diretos sobre a composição das paisagens históricas das cidades, uma vez que, segundo o autor, “ao lado dos grandes edifícios modernos, essas construções que possuem apenas valor de recordação e de composição do ambiente perderão toda proporção, todo caráter e todo significado” (Giovannoni, 2013, p. 167).

DA FESTA FAMILIAR AO ESPETÁCULO TURÍSTICO: INSTITUCIONALIZAÇÃO, CENOGRAFIA E MERCANTILIZAÇÃO DO SÃO JOÃO DE CAMPINA GRANDE

No final da década de 1930, na cidade de Campina Grande, segundo Araújo (2015), além das comemorações realizadas nos clubes sociais, já existiam outros polos de celebração da festa junina, ainda que de forma dispersa pelos bairros. Parte dessas manifestações decorria de iniciativas individuais, geralmente assumidas por moradores das ruas ou dos bairros, que se responsabilizavam pela montagem de palhoças, pela contratação de grupos musicais para animar os bailes e pela organização do evento, cuja entrada era paga (conhecidos popularmente como festivais de dentro). Nesse contexto, a autora destaca a atuação de figuras como Adelma e Dona Mulata, a partir de 1939, como referências importantes na consolidação dessas festividades.

Segundo a autora, a festa junina, em sua forma original, tinha caráter familiar e ocorria sobretudo na véspera de 23 de junho, em sítios e fazendas no entorno da cidade, reunindo parentes e amigos em torno de fogueiras e fogos, o que esvaziava a área urbana. Em contraste com os “festivos de dentro”, surgiram os “festivos de fora”, marcados pelo primeiro São João de rua, em 1971, por iniciativa de Carmita Araújo, que

⁷ Na Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC), onde se localiza o Beco da Pororoca, há descompasso entre as normas de preservação e as novas ocupações urbanas. Segundo Bomfim (2022), o gabarito deveria seguir a fórmula $H = L + 3R$, limitada a 8 ou 9 pavimentos, mas a falta de critérios claros sobre áreas vizinhas e recuos mínimos favorece a verticalização.

transformou a via pública em espaço aberto de celebração, ampliando o acesso e a participação popular (Araújo, 2015).

Em 1982, na gestão de Enivaldo Ribeiro, foi desapropriada a área dos “Coqueiros de Zé Rodrigues”, próxima ao Parque do Açude Novo; parte recebeu um centro cultural, mas cerca de 25.000 m² ficaram ociosos. No governo de Ronaldo Cunha Lima (1983–1994), o local passou a abrigar o “Palhoção”, criado para sediar “O Maior São João do País”. Inicialmente precário, com terraplanagem, pouca iluminação e shows a céu aberto, o espaço coberto por palhas marcou o início da consolidação da festa, estruturada definitivamente com a inauguração do Parque do Povo, em 1986 (Lima, 2008).

Em Campina Grande, a festa junina surgiu como evento turístico em junho de 1983, por iniciativa política durante a gestão do então prefeito Ronaldo Cunha Lima, que também foi responsável por batizá-la com o nome que mantém até hoje: O Maior São João do Mundo (Morigi, 2007), transformando a festa em caráter de espetáculo (Lima, 2008). A institucionalização da festa de São João como espetáculo turístico constitui uma construção relativamente recente, alcançando grande notoriedade em 1986, com a inauguração do Parque do Povo, em 14 de maio, espaço concebido especificamente para sediar o evento (Araújo, 2015). Localizado no centro da cidade, no cruzamento da Rua Sebastião Donato com a Rua Treze de Maio, o Parque do Povo possuía, inicialmente, uma área aproximada de 27 mil metros quadrados (Lima, 2008).

Ao longo do tempo, o espaço passou por sucessivas intervenções e ampliações, culminando, em 2024, em uma expansão significativa de sua área, que passou de 31.595 m² para cerca de 40 mil m², após processos de desapropriação e a integração com o Parque Evaldo Cruz (PMCG, 2025). Dessa forma, ainda segundo a autora, o caráter tradicional da festa, voltado para os costumes da comunidade, é substituído pelo caráter multi local, no qual as tradições começam a se misturar às novas tendências, que podem ser observadas, tanto na oferta de novos entretenimentos, objetivando projetar uma nova imagem da cidade a partir do evento.

Alguns aspectos merecem destaque durante o período do São João, sobretudo a transformação da imagem urbana da cidade, que passa a ser apropriada para a experiência turística. Nesse contexto, o espaço urbano é ressignificado, ao mesmo tempo em que dinamiza a economia local por meio da oferta de produtos e serviços, tendo o São João como tema central, embora não exclusivo. Outro fator relevante é o resgate das tradições regionais, que estabelece um contraste com a modernidade da cidade e favorece a difusão de saberes culturais, especialmente para visitantes oriundos de outras regiões do país. Durante esse período, a cidade é amplamente decorada com bandeirinhas, balões e outros adereços, incluindo intervenções em shoppings e demais áreas comerciais, reforçando a ambientação festiva (Araújo, 2015). Nesse contexto, segundo Araújo e Souza (2014), o casal de bonecos de milho, representantes do evento, passou a ser denominado, ao longo do tempo, “Milharildo” e “Sabugilda”, consolidando-

se como mascotes oficiais do Maior São João do Mundo. Esses personagens atuam como símbolos da cultura popular nordestina e como instrumentos de perpetuação da memória cultural associada à festa (Araujo, 2015).

Com a finalidade de atrair turistas, os cenários e os discursos passam a ser cuidadosamente construídos em torno da festa, envolvendo sua programação, significados e montagem cênica. Nesse processo, o antigo e o corriqueiro são ressignificados e apresentados como novos e inéditos, por meio de simbolismos que contribuem para a sacralização da festa junina, configurando-a como um espetáculo voltado ao consumo turístico, organizados em dois principais espaços: o Sítio São João e o Parque do Povo. Segundo Leão; Franco e Ferreira (2017), a administração pública municipal insere-se nesse contexto como a principal responsável pela organização do megaevento, atuando na montagem da estrutura física, na definição da programação, na divulgação e na articulação de parcerias com agentes da iniciativa privada. Tal atuação evidencia a apropriação, por parte do poder público, de uma manifestação cultural originalmente espontânea da população, ressignificada como produto turístico e instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local.

O Sítio São João, empreendimento privado, é um cenário cenográfico em escala real, implantado em cerca de dois hectares, que recria de forma idealizada um arraial setecentista. Reúne edificações e elementos simbólicos do cotidiano rural e urbano, como igreja, casa de farinha, roçado, casa de taipa, bodega, armazém, tipografia e engenho de cana, além de espaços dedicados à literatura de cordel e à reconstituição de aspectos da antiga Vila Nova da Rainha (Araújo, 2015).

No Parque do Povo, a tematização da festa enfatiza a memória urbana da antiga Campina Grande, por meio da reprodução cenográfica de marcos históricos da cidade. Essa ambientação busca “mergulhar” turistas e visitantes na experiência festiva a partir de referências simbólicas e elementos associados à cultura local (Araújo, 2015). Segundo Pereira (2023), o êxito do evento está relacionado a um conjunto de fatores articulados, entre os quais se destacam: a diversidade da programação musical, que alterna artistas locais e nacionais; a setorização do espaço festivo, com a presença de bares e restaurantes da cidade; a realização de concursos de quadrilhas juninas; e a criação de uma cidade cenográfica que narra a história popular de Campina Grande.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG, 2025), a edição do São João de 2024 alcançou números expressivos, sendo considerada histórica. O evento ocorreu ao longo de 33 dias, recebeu aproximadamente 2,9 milhões de visitantes e gerou uma movimentação econômica estimada em R\$700 milhões para o município. Em 2025, com a ampliação da festa, foram realizadas mais de 500 atrações distribuídas ao longo de 38 dias, incluindo apresentações no Palco Principal, nos Distritos e nas Ilhas de Forró, totalizando aproximadamente mil horas de entretenimento (PMCG, 2025).

“Venha Viver a Maior Festa Junina do Planeta” (PMCG, 2025). A apropriação da cultura popular nordestina pela própria administração pública suscita problemáticas que merecem atenção, como a mercantilização da cultura e os desafios relacionados à preservação do patrimônio cultural. Nesse contexto, práticas simbólicas, tradições e costumes passam a ser atravessados por interesses econômicos voltados à divulgação do evento e à atração do maior número possível de turistas, configurando um processo de mercadorização da cultura, o que Lima (2008) define como uma “festa para o turista ver”.

A cenografia do Maior São João do Mundo apropria-se da historicidade de lugares simbólicos da cidade, mobilizando elementos de identidade e cultura popular. Contudo, essa valorização não se vincula à memória local nem às vivências dos moradores, restringindo-se à valorização do bem arquitetônico enquanto imagem. No caso do Beco da Pororoca, sua representação no São João constrói um ideário voltado ao turismo e ao consumo, evocando o período de uso boêmio dos anos 1990, especialmente a partir da imagem dos bares, em detrimento de sua história social e cotidiana. Assim, a memória encenada privilegia hábitos associados à boêmia, e não as narrativas e experiências dos habitantes do logradouro. Essa valorização simbólica, limitada à cenografia festiva, contrasta com a ausência de políticas públicas efetivas de salvaguarda e revitalização do espaço real, que permanece em processo de deterioração, esquecimento e abandono, apesar de sua proteção legal pelo Decreto nº 25.139/2004 do IPHAEP (Pereira, 2023).

12

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do artigo permite compreender que a transformação do São João de Campina Grande em megaevento turístico implicou em um processo de ressignificação da cultura popular nordestina, convertendo práticas tradicionais em produto estratégico de promoção urbana e desenvolvimento econômico. A institucionalização da festa, a criação de estruturas permanentes como o Parque do Povo e a consolidação de espaços cenográficos como o Sítio São João evidenciam a atuação do poder público na organização e valorização de uma manifestação originalmente vinculada ao convívio comunitário. Nesse percurso, a cidade passa a ser produzida e apresentada como cenário festivo, reforçando sua imagem turística por meio da tematização da cultura nordestina.

Entretanto, o caso do Beco da Pororoca revela as contradições inerentes a esse processo. Embora sua imagem seja apropriada e reproduzida na cenografia do evento, evocando símbolos da identidade local, o espaço real permanece marcado por abandono, descaracterização e fragilidade nas ações de preservação. A seletividade dos processos de valorização patrimonial torna-se evidente quando a arquitetura popular, historicamente marginalizada frente à monumentalidade da arquitetura erudita, continua a ocupar posição secundária nas políticas urbanas, mesmo estando

legalmente protegida. Assim, a memória encenada durante a festa contrasta com a ausência de iniciativas consistentes voltadas à salvaguarda do patrimônio material e das historicidades associadas ao logradouro.

As tensões entre tradição e espetáculo, cultura e mercado, imagem e realidade urbana atravessam tanto a (trans)formação do São João quanto a trajetória do Beco da Pororoca. A mercantilização da cultura popular, ainda que responsável por expressiva projeção econômica e simbólica do município, não tem sido acompanhada por políticas efetivas de preservação da arquitetura popular e de reconhecimento das vivências que estruturam a identidade urbana de Campina Grande. O estudo evidencia, portanto, que a valorização simbólica promovida pela cenografia festiva não se traduz, necessariamente, em valorização concreta do patrimônio cultural e arquitetônico da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil**. In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. *Memória e Novos Patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.

ARAÚJO, Valéria de Fátima Chaves. **A tematização do espaço público e a economia criativa local: estudo de caso a partir do “maior São João do mundo”, em Campina Grande/PB**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BOMFIM, Leticia Barbosa. **O NOVO E O VELHO CENTRO: os conflitos da (não)permanência na área central de Campina Grande frente à produção imobiliária habitacional**. 2022. 138 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, UFCG, Campina Grande, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 25.139, de 28 de junho de 2004**. Regulamenta a delimitação do Centro Histórico de Campina Grande. João Pessoa: IPHAEP, 2004.

CÂMERA, Epaminondas. **Datas Campinense. Campina Grande**: ED. Caravela, 1988. 164 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro. **Arquitetura popular de platibanda nordestina: notas sobre enquadramentos discursivos e terminologias**. Mnemonise, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 110-123, dez. 2020.

GIOVANNONI, Gustavo. Velhas cidades e nova construção urbana. In: **KUHL, Beatriz (Org.). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. p. 111-136.

IPHAN. **Bens Tombados**. 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 24 out. 2024.

_____. **Educação Patrimonial**. 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Campina Grande (PB) – Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/campina-grande.html>. Acesso em: 28 nov. 2025.

LEITE, Afonso Rafael Campos; FILHO, José Adilson. O fantasma da necropolítica na cidade do Maior São João do Mundo. A MARgem – **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes**, v. 22, n. 1, 2025.

LEÃO, A. L. M. de S.; Perdigão, J. G. de L.; Franco, S. M.; Ferreira, B. R. T. **São João de Campina Grande como megaevento: imbricamento entre sistema e mundo da vida na mercadorização da cultura**. Administração Pública e Gestão Social, 1(2), 87–94, 2017. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i2.4947>

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. 2. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2008. 251 p. ISBN 978-85-89674-42-3.

MARIANI, Anna. **Pinturas e platibandas**. São Paulo, 1987.

MORIGI, Valdir José. **Narrativas do encantamento: o maior São João do mundo, mídia e cultura regional**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007. 257 p.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O DOCE VENENO DA NOITE: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais do Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

OLIVEIRA, Thomas Bruno. **O Beco da Pororoca**. Jornal A União, João Pessoa, 05 out. 2019.

OLIVEIRA. **Turismo & História: o Beco da Pororoca**. 2021. Disponível em: <https://www.turismoehistoria.com/post/o-beco-da-pororoca>. Acesso em: 24 out. 2025.

RETALHOS HISTÓRICOS, de Campina Grande. **1ª Logomarca d'O Maior São João do Mundo**. Junho de 2007. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/06/1-logomarca-d-o-maior-sao-joao-do-mundo.html>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PEREIRA, Charles Andrade. **(Re)conhecendo o Beco da Pororoca e entorno: Arquitetura, memória e patrimonialização**. 2023. 178 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil, 2023.

PEREIRO, Xerardo PÉREZ. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA y PASOS; RTPC, 2009. 307 p.

Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Fórum Permanente Vergniaud Wanderley**. [s.d.]

Prefeitura Municipal de Campina Grande. **O Maior São João do Mundo Campina Grande**, 2024. Disponível em: <https://omaiorsjdomundo.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

_____. **Pré-inventário de edificações do centro histórico de Campina Grande (PB)** [Livro eletrônico]: Volume I e II / Organização Marcus Vinicius Dantas de Queiroz. Campina Grande, PB: Marcus Queiroz, 2021.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. 2002. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2002.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920 - 1945**. 2001. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935 - 1945)**. 1988. 99 f. Monografia - Curso de História, UFPB, Campina Grande, 1988.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.